

A ESCOLA RURAL NO POVOADO BREJÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Werley Sales da Silva¹, Elzimar Pereira Nascimento Ferraz²

¹ Aluno do curso de Licenciatura em Matemática, Campus de Cimba/Araguaína; e-mail: werley_sales@hotmail.com

² Orientadora do curso de Licenciatura em Matemática, Campus Cimba/Araguaína; e-mail: elzimar@mail.uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins; e-mail: <http://ww1.uft.edu.br/>

Resumo

As políticas de educacionais para a educação no campo têm sido repensadas a partir de elementos como: adequação aos espaços específicos, a valorização dos elementos oriundos das vivências neste ambiente. A compreensão e valorização destes fatores que influenciam e diferenciam a educação no campo precisam ser analisados e valorizados de forma que esta possa ser implementada conforme as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo. Partindo desses pressupostos, esta pesquisa foi realizado junto à Escola Municipal José Ribeiro dos Santos com o tendo a Escola Municipal José Ribeiro dos Santos, localizada no povoado Brejão, município de Araguaína – TO, como *locus* da pesquisa de campo, no qual buscamos compreender, como se dá a organização do ensino fundamental nesta escola, analisamos as propostas pedagógicas, as metodologias de ensino, o currículo e as políticas públicas aplicadas no ensino rural da comunidade, haja vista que o ensino desenvolvido no campo precisa ser revisto, e este dever ser coerente com o desenvolvimento do setor rural, levando em conta os aspectos rurais que permanecem, rompendo com a visão de que o campo é um espaço atrasado, de ignorância, sem cultura, sem vida, sem identidade. Assim, uma política de educação do campo requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo. Para a compreensão dos resultados nos embasamos em Molina (2004) e Brandão (2003), Moura (1986) dentre outros.

Palavras-Chaves: Educação do Campo. Currículo. Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa procuramos refletir sobre a importância de se pensar a educação rural, enquanto parte de uma política pública no município de Araguaína, que atende treze escolas rurais, sendo cinco em povoados (Garimpinho, Gurgueia, Brejão, Pilões e Água Amarela), sete em assentamentos, além de escolas em fazendas. Tivemos como foco analisar os pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do campo no Povoado Brejão na cidade de Araguaína/TO, especificamente na Escola Municipal José Ribeiro dos Santos, abordando a relação à educação informal, e identificando a educação formal no direcionamento de atividades e costume da cultura local. Procurou-se destacar também influências de costumes urbanos na relação entre a cidade e o campo, buscando entender que a proximidade cada vez mais entre a cidade e o campo não impede de valorizar costumes originados da roça. Durante a pesquisa realizada contamos com a participação da direção, coordenação, alunos e Secretaria Municipal de Educação. Para conhecer mais sobre a realidade educacional do povoado realizamos oito visitas tanto à escola quanto ao povoado. com educação infantil do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e funciona com duas turmas

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

multisseriadas, com quarenta e três alunos ao todo do povoado, no período matutino e vespertino. Essas classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente. Sobre o perfil dos alunos, todos são de famílias e classe média, filhos de agricultores e pequenos comerciantes. Nesta direção buscou-se estudar se os aspectos culturais e sociais dos alunos são valorizados pela prática escolar local, De acordo com Leite (1999, p.14), “pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo”. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 prevê, no Artigo 28, um planejamento condizente com a realidade vivida pelos seus alunos. O mesmo dispõe sobre as adaptações necessárias das estruturas curriculares às exigências das unidades escolares instaladas na zona rural, os princípios e as bases de uma política educacional para as populações camponesas não estão explicitamente colocados, na nova LDB.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo¹ criadas a partir de reivindicações (dos movimentos sociais) da organização civil abordam a escola no espaço do campo, determinando a adaptação dos currículos, dos calendários e de outros aspectos do ensino rural às necessidades e características do campo. As propostas das Diretrizes Operacionais garantem ações de acordo com a educação adequada ao povo do campo, “Em primeiro lugar supõe a identificação de um modo próprio de vida social e utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional” (BRASIL, 2002, p.31). Uma educação de forma geral adaptada a cada lugar valorizando aspectos culturais locais.

A ESCOLA DO CAMPO: UM OLHAR DIVERSIFICADO

De acordo com Leite (1999, p.14), “pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo”. Porém, a educação do homem do campo muitas vezes foi marcada pelo desprezo e preconceito, acontecendo de maneira urbanizada e desqualificada. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 prevê, conforme o artigo 28, um planejamento condizente com a realidade vivida pelos seus alunos. Entre os quesitos a serem considerados a respeito da problemática educacional rural, Leite (1999) destaca algumas questões: a desvalorização da cultura rural; a presença de professor leigo; a formação essencialmente urbana do professor; baixos salários; distância entre local de moradia e a escola;

¹ Aprovada pela Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002.

transporte inadequado; currículo incoerente com a realidade local; calendário escolar desconsiderando os períodos de plantação e colheita, bem como o período climático; pouco material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos; instalações precárias e outras. O meio rural é muitas vezes visto como “atrasado”, “caipira” e desconectado com o mundo urbano, deixando de levar em consideração todo conhecimento trazido do campo e de suas tradições.

A educação é um direito social. Uma política de educação do campo requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo e, a partir dessa compreensão, construir novas relações baseadas na solidariedade entre campo e cidade. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura rica e diversa. Assim as pessoas que vivem e moram no campo merecem uma educação que seja condizente com suas realidades, com aquilo que é visto e vivido em seu dia a dia. Para se pensar então em políticas públicas na Educação no campo, precisa considerar a suas diversidades étnicas, ambiental, social e cultural, tendo em vista que a educação é um direito de todos.

A LDB nº 9.394/96 no Artigo 28 garante o direito da escola do campo definir conteúdos e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. Ao contrário historicamente as escolas do campo foram pensadas a partir do modelo de educação implementado na cidade, desconsiderando as especificidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais do mundo rural.

UMA REFLEXÃO ACERCA DA ESCOLA DO CAMPO: DISCUTINDO OS RESULTADOS

Para conhecer mais sobre a realidade educacional do povoado realizamos oito visitas tanto à escola quanto ao povoado. Em conversas com alguns moradores da comunidade, muitos destacam que o povoado é atualmente seria um bairro de Araguaína, pois nos últimos três anos a cidade cresceu bastante e ficou próximo do povoado. Essa visão dos moradores não mudou a denominação legal do lugar que continua sendo povoado Brejão. Por ser próximo, alguns moradores trabalham na cidade já outros são pequenos agricultores, que sobrevivem do trabalho do suor nas pequenas roças, e que muitas das vezes vendem alimentos na feira da cidade.

A formação continuada dos professores que atuam no campo da cidade de Araguaína-TO acontece três vezes ao ano. É oferecida uma formação continuada já estabelecida no calendário escolar, através de encontros e estudo dirigido do Pacto (Alfabetização na Idade Certa), que atende do 1ª até o 3º ano direcionado ao público infantil; a educação inclusiva que atende portadores de necessidades especiais (auditiva, visual, deficiência motora); o Programa Mais Educação (Tempo Integral); EJA (Educação de Jovens e Adultos); Projovem; e uma formação continuada do 4º ao 9º

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

www.fipedbrasil.com.br

ano. A SEMED através destes encontros também trabalha as Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo CNE nº 01 e 03 de abril de 2002, apesar do pouco avanço.

O quadro de funcionários da escola é composto por uma diretora, uma professora (que mora na cidade), que atua como coordenadora e secretaria; uma merendeira (do povoado) e um vigia (que mora na cidade), como os alunos moram próximos da escola, não há transporte escolar na comunidade, apenas a professora que usa o seu próprio meio de transporte para se locomover da cidade à escola. Quando indagada sobre o perfil dos alunos, a professora mencionou que são de famílias de classe média, filhos de agricultores e pequenos comerciantes.

Quanto à proposta curricular da escola, estas são debatidas em pautas através do Conselho Municipal de Educação, com redirecionamento da proposta curricular das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo, atribuindo apenas projetos de desenvolvimento sustentáveis. Com relação aos conteúdos trabalhados, pode-se perceber que falta muito para estar de acordo com os sugeridos pelas Diretrizes da Educação do Campo. Apenas projetos desenvolvidos pela professora e pela escola se aproximam do eixo temático Cultura e Identidade. Acontecem poucas vezes por ano pequenas festividades e projetos que valorizam a cultura dos alunos, e por consequência, a cultura local. O que realmente falta é o envolvimento da comunidade nos projetos voltado para a cultura local.

O Projeto Político Pedagógico da escola faz citação de poucos conteúdos que podem ser trabalhados com os alunos: tipos de agricultura, uso do solo, culturas locais, uso de agrotóxicos, dentre outros, destacando que o conhecimento deve ser encaminhado de forma a potencializar o desenvolvimento da área rural, sendo necessária a capacitação dos profissionais de educação para que, dentre outros fatores, saibam aproveitar a história do local onde estão inseridos.

Os teóricos Molina (2004) e Brandão (2003) defendem que o ensino desenvolvido no campo precisa ser revisto, deve ser coerente com o desenvolvimento do setor rural, levar em conta o “novo rural”, como também os aspectos rurais “tradicionais” que permaneceram. Faz-se necessário romper com a visão de que o campo é um espaço atrasado, de ignorância, sem cultura, sem vida, sem identidade. Segundo Molina (2004, p.23): “Mais do que fazer um “remendo”, é preciso humanizar e legitimar as dimensões políticas e pedagógicas da educação básica do campo.” Assim, uma política de educação do campo requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo. A partir dessa compreensão, impor novas relações baseadas na solidariedade entre campo e cidade.

O projeto político-pedagógico da escola apresenta diversos elementos que favorecem à formação dos alunos da zona rural, uma vez que cita aspectos a serem estudados, ressalta que o

conhecimento deve ser trabalhado de forma contextualizada a partir dos interesses da comunidade, além de ter como um dos seus objetivos o incentivo à agricultura. Nesta pesquisa, foi possível ver que a escola vem melhorando suas estruturas físicas e a implantação de equipamentos tecnológicos. Constatamos que a professora da escola pesquisada se esforça em contribuir com a realidade dos alunos e a promover a articulação entre os conteúdos e os aspectos da realidade por eles vivida, realizando projetos sustentáveis e festas que tratam da cultura local. Estes projetos são desenvolvidos pela escola, e traz o conhecimento e a autonomia necessários para trabalharem com a terra. A mesma ainda enfatizou que já fez vários projetos envolvendo aspectos da realidade e da cultura dos alunos, com objetivo de compreender a natureza e o ambiente em que vivem, e que todos esses trabalhos apresentaram bons resultados.

Destacamos que a gestão pública da Secretaria Municipal de Educação contrariando a realidade rural típica de povoado, não impulsiona de maneira efetiva uma educação condizente com as necessidades locais rurais. A escola rural investigada não traz estrutura curricular pedagógica elaborada com a participação da comunidade. Trata-se de reconhecer que os alunos são moradores da zona rural, com diferenças no modo de produzir e viver, mas com algo comum que é o de pertencer à zona rural.

A escola vive sob um modelo que é inspirado no da cidade, havendo muito pouca interação com a comunidade local. As adaptações necessárias à adequação da realidade rural não seguem as diretrizes estabelecidas pela LDB, há pouca adaptação dos conteúdos e calendário às peculiaridades e às necessidades dos educandos. Quanto ao calendário, o mesmo foi elaborado obedecendo apenas os critérios de feriados e festas, sendo um único calendário tanto para as escolas da cidade quanto para as do campo. O Projeto Político Pedagógico da Escola faz citação de poucos conteúdos que podem ser trabalhados com os alunos: tipos de agricultura, uso do solo, culturas locais, uso de agrotóxicos, dentre outros, destacando que o conhecimento deve ser encaminhado de forma a potencializar o desenvolvimento da área rural, sendo necessária a capacitação dos profissionais de educação para que, dentre outros fatores, saibam aproveitar a história do local onde estão inseridos.

Dessa forma, a organização do currículo da escola se dá de forma vertical e fragmentada, sem a preocupação com o aprofundamento do saber escolar e sem articulação com os saberes sociais produzidos pelos alunos. No que se refere ao conteúdo situa-se na dificuldade de trazer elementos comuns de acordo com as experiências locais como a fabricação de farinha e de polvilho presente nas famílias da maioria dos alunos. Pensar a educação do campo é pensar em estratégias que ajudem a reafirmar identidades do campo. Neste sentido, é necessário à implementação de

políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos do campo, e os sujeitos devem estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre esses sujeitos. O campo é heterogêneo, muito diverso. Assim, não se pode construir uma política de educação idêntica para todos, deve-se articular as políticas nacionais às especificidades de cada região.

Uma educação do campo terá grandes possibilidades de desenvolvimento local na conservação da tradição cultural, do trabalho braçal, na preservação da natureza, como destaca as Diretrizes Operacionais (BRASIL, 2002). Nesse sentido refletimos que a Escola no povoado ainda carece de um projeto educativo que valorize melhor o lugar onde os alunos moram e seu modo de vida. Apesar dos avanços, em vários aspectos, a exemplo de políticas públicas, métodos pedagógicos e materiais didáticos, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo.

REFERENCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 51. reimpressão da 1. ed. de 1981. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – Resolução CNE/CEB N° 1, de 05 de Abril de 2002. Brasília: MEC, 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional, 2003.

NASCIMENTO, Elzimar Pereira Nascimento **LUGAR E PARENTELA: Educação de sujeitos em povoados no extremo norte do Tocantins Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal de Goiás, 2011.